

EDITORIAL

A12130

Desempenho questionado

Lula critica leis que impedem ou atrasam obras públicas, prejudicando o atendimento das necessidades da população e da economia. Diz ter a impressão de que “tudo foi feito para que as coisas não aconteçam”

O patamar de popularidade alcançado pelo presidente Lula o autoriza a abordar com a franqueza de cidadão comum assuntos delicados da República.

E ele o faz com naturalidade. Na Sexta-Feira Santa poderia ter guardado silêncio, mas disse que “há um descompasso entre a vontade e a necessidade da sociedade e a capacidade de funcionar da máquina pública”. Essa situação parece muito nítida, mesmo para quem não acompanha os movimentos da política. Quando o chefe da nação a declara publicamente, atrai cobranças para que o governo elimine seus próprios gargalos.

Mas Lula procura dividir o ônus por obras emperradas ou não realizadas. “Muitas vezes, você decide: vamos fazer tal obra. O dinheiro está disponibilizado no banco, mas aí o

prefeito não tem projeto. Se o prefeito tem o projeto, às vezes o Ministério Público entra com um processo, ou meio ambiente proíbe”, afirmou.

O presidente tem uma explicação para a falta de sintonia entre as instituições: “É a estrutura legislativa”, diz. É completa: “A impressão que eu tenho é que tudo foi feito para que as coisas não aconteçam”. Desabafo semelhante foi feito em Vitória no ano passado: “É difícil fazer obras neste país”, afirmou Lula, referindo-se ao atraso na reforma do aeroporto da capital capixaba.

A melhoria das relações entre as instituições da República, notadamente entre Executivo e Legislativo federais, inclui uma pauta complexa. Pressupõe rever comportamentos culturais. Isso não acontece da noite para o dia. Mas a vontade política de

“Às vezes o dinheiro está no banco, mas o prefeito não tem o projeto. Ou quando tem, meio ambiente proíbe”

monstrada pelo chefe da nação representa esperança de avanços.

É essencial que não se procure estabelecer ligação entre o Ministério Público e ineficiências da máquina governamental. É equívoco grosseiro. A missão do MP, definida pela Constituição de 88, é a defesa da ordem jurídica, um trabalho de indiscutível relevância à vida jurisdicional do Estado.

Sob aspecto prático, não adianta o presidente reclamar de exigências do meio ambiente, sem o empenho do

Executivo, junto ao Legislativo, para aprovar novos dispositivos legais – quando for o caso. Além disso, há estratégias e ações específicas de governo, sem impedimento legal, aplicáveis à conciliação da defesa ambiental com a atividade econômica. A floresta amazônica, com os cuidados que requer, é um referencial para essa questão. A obtenção de melhores resultados depende do governo.

Compete, também, ao Palácio do Planalto implementar passos indispensáveis ao aprimoramento de suas relações com o Congresso. Sérios entraves ao atendimento das necessidades da população e ao crescimento da economia decorrem de falhas na intercomplementariedade da ação entre os poderes. Os efeitos estão presentes no dia-a-dia da população. Muitas vezes de forma dramática, como se vê na cri-

se aguda de hospitais públicos.

Em meados do ano passado, o Ministério da Saúde tentou novos procedimentos na área de pessoal para melhorar o atendimento aos pacientes. Propôs mudar a lei para contratar servidores pela CLT. Foi um Deus nos acuda. O trabalhismo corporativo, avesso a mudanças, protestou, por vias sindicais. Aí o Palácio do Planalto recuou, deixando claro que esse tipo de relação também deve mudar.

Episódios como esse mostram por que a reforma trabalhista nem sequer está cogitada. O mesmo ocorre em relação à reforma previdenciária – duas necessidades cruciais para a modernização do Estado brasileiro.

Enfim, a agilidade executiva que o presidente da República gostaria de ver depende, em grande parte, do seu próprio governo.